



Desenvolvimento Territorial: O Papel do Fórum da Agricultura Familiar como Ambiente de Promoção a Cidadania¹

Leon Mclouis Borges de LUCAS ²
Audrey Christina do NASCIMENTO³
Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

Resumo

O desenvolvimento territorial tem como propósito a promoção das potencialidades sociais, econômicas e políticas de sujeitos pertencentes a determinadas comunidades. A exemplo disto, a partir do ano de 2003, o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Programa Territórios Da Cidadania que visava o desenvolvimento regional por meio da articulação de agentes locais, sejam estes públicos ou privados, em prol da maximização das especificidades características das comunidades locais, visando o exercício da cidadania e o engajamento de grupos sociais como agricultores familiares, pescadores artesanais, comunidades quilombolas. Desse modo, se busca a diminuição das desigualdades sociais e valorização das potencialidades locais através de políticas públicas construídas de forma coletiva a partir das demandas apontadas nas reuniões do Fórum da Agricultura Familiar. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do Fórum da Agricultura Familiar da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, aplicando-se uma metodologia de protocolo qualitativo, com uso de revisão bibliográfica. Os resultados nos mostram que o Fórum da Agricultura Familiar se apresenta como um decisivo espaço de deliberação. Ademais, há de se considerar o importante papel dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's) estruturados, no ano de 2014, em parceria firmada pelo então MDA, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a então Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) de forma a contribuir e intermediar pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Sociologia Rural; Cidadania; Agricultura Familiar.

Introdução

Para Carvalho (2002) o conceito de cidadania consiste em um conjunto de três direitos, sendo esses: os direitos civis (como o direito à liberdade e à igualdade perante a lei); direitos políticos (como o direito à participação do cidadão no governo expresso principalmente por meio do voto) e ainda os direitos sociais (que compreendem principalmente o direito à educação, ao trabalho e à saúde). Segundo o autor a cidadania plena só seria assegurada O acesso a estes direitos e a miríade de suas ramificações asseguraria, ao indivíduo, o que o autor considera como cidadania plena.

Amartya Sen (2010), por sua vez, ressalta que o desenvolvimento econômico não deve ser considerado como um fim em si mesmo, de modo que, para além do

¹ Trabalho apresentado no GT 02 – Dinâmicas de poder e práticas políticas do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia UFPel, e-mail: mclouis.leon@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Fisiologia Vegetal, e-mail: audreydadycn@hotmail.com



desenvolvimento econômico, devem ser buscadas a qualidade de vida e a garantia das liberdades dos indivíduos. Para tanto, o desenvolvimento de uma sociedade só seria alcançado se fossem amenizadas e gradualmente eliminadas as principais fontes de privação das liberdades, tais como pobreza, carência de oportunidades e etc.

Para Sen (2010), o desenvolvimento encontra-se diretamente atrelado a uma série de variáveis que buscam assegurar as liberdades dos indivíduos. O autor acredita que o desenvolvimento das sociedades deve ser medido levando em consideração as liberdades dos indivíduos, de modo que, seja a participação na política, o acesso à saúde ou a participação no desenvolvimento econômico configuram tipos de liberdade que, interligadas, contribuem para o fortalecimento da liberdade humana no geral.

Sen (2010) considera que as liberdades são também frutos do desenvolvimento e devem ser asseguradas aos indivíduos de modo que, uma vez que estes tenham garantidas sua liberdade e as potencialidades de dispor dessa liberdade, explorariam cada vez mais suas capacidades. Sen (2010) ainda trata das consideradas liberdades constitutivas – que compreendem principalmente a liberdade de participar na política, de ter acesso à educação, e à saúde, etc – cujas quais serviriam como fortalecedoras do desenvolvimento, uma vez que o êxito de uma sociedade não deveria ser medido apenas por marcadores econômicos – como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou mesmo o aumento da renda real – mas sim pela capacidade e pela oportunidade dos indivíduos de explorarem sua própria liberdade.

Por outro lado, segundo Chalita (2005) “a teoria econômica afirma que o crescimento, acompanhado de melhoria na qualidade de vida, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia” de modo que possa 427 “melhorar os indicadores de bem estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) como condição do desenvolvimento (CHALITA, 2005, p. 99).

A noção de liberdade e de garantia dos direitos individuais e coletivos encontram, assim, cada vez mais espaço na noção de desenvolvimento. Se apenas números e crescimento da renda real não se encontram sozinhos na perspectiva de desenvolvimento atualmente, cabe apontar novas e eficazes formas de assegurar não só o desenvolvimento econômico, mas também o desenvolvimento social e todos os demais tipos de desenvolvimento, como o desenvolvimento rural, o desenvolvimento territorial e etc. Uma forma eficaz de garantir os diversos tipos de desenvolvimento são as políticas públicas.

Fórum da Agricultura Familiar da Zona Sul do Rio Grande do Sul

Costuma-se apontar que o objetivo do Estado é garantir o bem comum, isto é, promover o bem estar da sociedade. Para tanto, o Estado realiza diversas ações, alocando recursos em diversos projetos. Souza (2006) aponta que política pública é, portanto, “[...] colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26). E ainda prossegue dizendo que “a formulação de políticas públicas se constitui no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p.26).



Assim, em meio a necessidade de um espaço de deliberações, em 1995 foi criado o Fórum da Agricultura Familiar da Zona Sul do Rio Grande do Sul

Esse Fórum é caracterizado pela realização de reuniões mensais, nas quais participam organizações governamentais e não governamentais ligadas aos agricultores familiares, assentados de reforma agrária, pescadores artesanais e comunidades quilombolas (RECH, 2013, p.12).

Sendo que a partir de 2004 de acordo com Rech (2013, p.12):

O Fórum adquiriu uma interface socioestatal, passando a atuar como colegiado territorial do território Zona Sul do Estado. Este processo decorreu da implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, uma proposta de descentralização do governo federal brasileiro (2003-2011).

Nesse sentido, Perera e Gomes (2009, p. 139) afirmam que o Fórum da Agricultura Familiar no estado do Rio Grande do Sul participou ativamente da construção de projetos relacionadas ao exercício da cidadania:

[O Fórum] desempenhou papel fundamental no acompanhamento das ações do Projeto RS Rural e também serviu como instância de deliberação e apoio à tomada de decisões, no âmbito do projeto [Geração e adaptação de tecnologia para os sistemas de produção e ações integradas para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar na Região Sul do RS] o planejamento das ações, bem como a aplicação dos recursos, eram decididas previamente neste espaço de representação democrática, onde também eram realizadas as prestações de contas e debatidos os resultados alcançados.

Duncan (2010) aponta que as políticas públicas são resultados de complexos processos referentes às disputas pela hegemonia na definição das regras e prioridades quanto ao acesso aos recursos do Estado. Isto é, uma vez que os países em desenvolvimento tem buscado, sobretudo a partir de 1990, colocar as contas públicas em dia, também tem procurado controlar os gastos, focando principalmente em políticas voltadas ao desenvolvimento econômico e social. Dada essa perspectiva preliminar sobre políticas públicas, o presente trabalho visa analisar a evolução das políticas de desenvolvimento territorial brasileiro, com foco no que diz respeito ao Programa Territórios da Cidadania.

O programa territórios da cidadania

O programa Territórios Da Cidadania foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no ano de 2003, buscando a promoção do desenvolvimento regional por meio da articulação de agentes locais, sejam estes públicos ou privados, uma vez que, para que a política ocorra com eficiência, é necessário que haja 428 engajam ento político por meio de parcerias, visando cumprir a meta de minimizar as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento local, buscando o bem estar social, como também realizar a inserção do debate sobre o desenvolvimento territorial nas perspectivas de desenvolvimento nacional (DECKERT e ALLEBRANDT, 2013).

O programa consistiu, assim de acordo com Souza, HESPANHOL (s/d.,p. 3)

em uma tentativa de dar maior unidade e coesão a um conjunto de ações e políticas para as áreas rurais do país dispersas em



vários ministérios, de estimular mecanismos de participação popular, e de ampliar a oferta de serviços básicos de cidadania e a inclusão produtiva das populações mais pobres dessas áreas.

De modo a alcançar relações mais estreitas entre os diferentes níveis de governância objetivou-se

uma maior articulação entre as políticas setoriais incidentes em regiões de alta pobreza rural, juntamente com o fortalecimento da participação e das capacidades de auto-gestão de organizações de agricultores familiares e trabalhadores rurais, a gestão do programa se organizava em três níveis: no âmbito federal, um comitê gestor - formado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros ministérios envolvidos, além de órgãos como o Incra -, definia as prioridades e diretrizes e avaliaria o programa. Na escala estadual, um comitê composto pela delegacia local do MDA, representantes de ministérios e órgãos federais nos estados, órgãos estaduais e prefeituras, fomentaria a articulação e acompanharia as ações. No âmbito territorial, órgãos colegiados a serem constituídos ou já existentes, formados por representantes dos três níveis de governo e organizações da sociedade civil, seriam responsáveis por identificar necessidades e alternativas e realizar o controle social das ações implementadas (SOUZA, HESPANHOL, s/d.,p. 3)

Buscando incentivar o debate e a pesquisa no âmbito local, no ano de 2014, através de parceria realizada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPMPR), foram realizadas chamadas públicas para as universidades públicas estruturarem os chamados Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's), os quais trabalham com foco em extensão e pesquisa por meio de assessores de gestão produtiva, gestão social e profissional para, dentre outras, efetuar a gestão de mulheres no colegiado territorial, buscando tratar de questões específicas que dizem respeito à problemática de desenvolvimento territorial, produtivo e de gênero.

Outro aspecto que os NEDET's trabalham é o fomento a pesquisa e a propagação científica, um avanço no que diz respeito às questões que envolvem o desenvolvimento territorial, reforçando a importância do saber científico, que se torna "[...] objeto de reflexividade quando um determinado grupo social organiza suas experiências e as comunica, tornando as legítimas e lógicas" (CHALITA, 2005, p. 109). Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução das políticas de desenvolvimento territorial brasileiro, com foco no território da cidadania da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos, por sua vez, são: a) compreender como se caracterizam as políticas territoriais brasileiras, com foco no Programa Territórios da Cidadania; b) Investigar como ocorreu o desenvolvimento do território da cidadania na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, e c) caracterizar a importância dos Núcleos de Desenvolvimento Territorial no processo de diminuição de desigualdades socioeconômicas, bem como no desenvolvimento científico sobre o tema em questão.



A produção científica sobre a problemática territorial no âmbito internacional têm quase quarenta anos, com a produção de Arnaldo Bagnasco sobre a questão territorial no desenvolvimento italiano, de 1977 (FAVARETO, 2010), sendo considerada a vanguarda das produções sobre desenvolvimento territorial no contexto internacional.

A partir dos aspectos internacionais, como por exemplo, o crescimento populacional se estagnar no âmbito urbano na década de 1970, produziu-se uma aproximação entre o contexto rural e urbano que possibilitou “[...] a aproximação das condições de vida em ambos os espaços, contribuindo tanto para a vitalidade econômica do meio rural como para regular o impulso ao êxodo, tão forte até então” (FAVARETO, 2010, p. 17).

Segundo Favareto (2010): A primazia marcante das atividades primárias – agricultura, pecuária, mineração, silvicultura – dá espaço a uma maior diversificação, com uma crescente heterogeneização das economias rurais, em que se destaca o crescimento cada vez maior do setor de serviços. Com isso, mudam as vantagens comparativas do rural nas possibilidades de captação das rendas urbanas. A localização, fertilidade, e o preço da terra passam a dividir importância com a acessibilidade, a paisagem. (FAVARETO, 2010, p. 18). Estes fatores foram um dos que tiveram influência na mobilização e produção acerca do desenvolvimento territorial brasileiro.

No entanto, a pressão popular, por meio da mobilização social na conjuntura de abertura política, pode ser considerada como um fator de importante influência no desenvolvimento das políticas territoriais nacionais, uma vez que, como aponta Guimarães (2010): [...] não foi somente a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro e a disseminação das propostas teóricas e ideológicas associadas às posturas liberais e ao contexto de globalização que passou a marcar presença nas discussões das políticas de desenvolvimento em todo mundo.

No caso brasileiro, simultaneamente com esses processos, ocorre a abertura política pós ditadura militar que esteve associada à intensa mobilização social, na cidade e no campo, no sentido de abertura dos centros de decisão e de participação da população na escolha dos seus dirigentes nos diferentes postos federais, estaduais e municipais (GUIMARÃES, 2010, p. 71-72). Foi a partir da nova abordagem territorial brasileira, que teve influência em grande parte de fatores externos a partir da globalização que começou-se a valorizar ainda mais a questão do desenvolvimento rural por meio do Estado, buscando a promoção de bem estar social, com o engajamento social, além do desenvolvimento a partir das potencialidades locais, com a mobilização e parceria de atores públicos, privados e sociedade civil (GUIMARÃES, 2010).

Dessa forma, a pensar sobre o Programa Territórios da Cidadania, o mesmo apresentava sua organização e uma “matriz anual de ações [que] consistia em um cardápio de políticas de 22 ministérios apresentadas aos territórios beneficiários pelo governo federal e organizadas em torno de dois eixos centrais” (SOUZA, HESPANHOL, s/d.,p. 4)

Assim os eixos segundo o autor consistiam em:

O primeiro era o apoio à atividade produtiva, e incluía ações voltadas à geração de renda e inclusão social em atividades desenvolvidas a partir das potencialidades locais e pautadas pela conservação ambiental e demandas da participação social, como assistência técnica, acesso a crédito, organização e



comercialização, infraestrutura produtiva e reforma agrária. O outro era a ampliação do acesso a direitos, do controle social e o fortalecimento institucional de entidades públicas e civis com atuação em áreas como segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, habitação e energia. Buscava-se, portanto, a mobilização de forças sociais a partir de mecanismos institucionais voltados a estimular o diálogo entre as políticas e os atores locais (SILVA, 2013; KARAM, 2012; SOUZA, HESPAHOL, s/d.,p. 4)

Os Fórum foram estruturados como núcleos de planejamento e regulamentação das atividades colocadas em prática baseadas em noções de desenvolvimento territorial que se instituíram de acordo com SOUZA, HESPAHOL, s/d.,p. 4:

de maneira participativa de forma a servir de referência para o financiamento de projetos e elaboração de planos complementares. É bastante vasta a produção recente sobre a atuação dos colegiados nos variados territórios do país, e essa quase sempre aponta para a persistência de entraves relacionados à participação e à pactuação entre os diferentes interesses envolvidos, e à baixa institucionalização e legitimidade dessas entidades.

Ainda, em se tratando sobre os fóruns, os mesmos não se mostraram como espaço de deliberação de pontos de vista diversos representando forças locais a medida que

o programa tinha fortes laços com políticas anteriores e o público beneficiário do MDA, reduzindo seu escopo à agricultura familiar. A baixa participação de outras forças e interesses locais para além da agricultura familiar nos colegiados fazia com que o poder de decisão sobre investimentos permanecesse setorial, distanciando-se da visão territorial que se buscava fortalecer. Além disso, os colegiados não participavam da elaboração de políticas, uma vez que o programa consistia em uma oferta de investimentos já planejados e sem consideração às especificidades locais, tendo seu papel limitado a ordenar prioridades dentre um cardápio de políticas pré-elaborado e legitimar essas ações (LOTTA et al., 2016; SILVA, 2014; SOUZA, HESPAHOL, s/d.,p. 4).

Em âmbito local, o desenvolvimento institucional na área territorial se deu com a criação do Programa Territórios da Cidadania, em 2003, que é gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (GUIMARÃES, 2010) que buscando, dentre outros objetivos, maior ampliação do envolvimento do mundo acadêmico, abriria novas possibilidades numa via de mão dupla, seja para o próprio programa e seus agentes, seja para os acadêmicos, pois “tais instituições poderiam dar seu apoio à formulação de projetos e realizar investimentos na qualificação dos agentes locais” (GUIMARÃES, 2010, p. 215).

Vale ressaltar, ainda, que de acordo com Lopes (2010):



O programa é complexo não apenas pelos seus propósitos - promover o desenvolvimento nas dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional -, mas porque reforça as relações federativas ao combinar ações da União, dos governos estaduais e municipais. Cada órgão do governo federal propõe um conjunto de ações para o território. Quando o programa é divulgado nas comunidades, reuniões entre a sociedade e representantes dos três níveis de governo são efetuadas para definir o plano de desenvolvimento, que podem incluir também ações conjuntas com os governos estaduais e municipais. Definido o plano de intervenção, a execução e o controle das obras podem ser feitas por meio de um portal na internet, garantindo a “participação” e a transparência das ações (LOPES, 2010, p.87).

A partir deste pressuposto teórico se desenvolveu a parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Política para as Mulheres (SPMPR), em um acordo interinstitucional, visando à promoção da pesquisa, a extensão e a mobilização e valorização das mulheres nos territórios da cidadania.

Desdobramentos das ações governamentais pós governo Dilma

O fim do governo Dilma Rousseff e início do governo Michel Temer mostrou-se como o fim de um ciclo, em relação a maneira de pensar e estruturar ações governamentais voltada ao desenvolvimento e a intervenção pública nos espaços rurais do Brasil.

O último ciclo teve início nos anos 90 quando, numa coalizão que envolveu setores da burocracia governamental, reivindicações dos movimentos sociais rurais e parte da intelectualidade, foram forjadas algumas das principais políticas para a agricultura familiar que perduram até hoje - como Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e a extensão de políticas sociais consagradas na Constituição de 1988 aos trabalhadores rurais - caso da política previdenciária. Nos anos 2000, nos marcos da ampliação das políticas sociais, agora como prioridade de Estado sob os governos Lula e Dilma, consolidou-se este modelo baseado na coexistência de dois setores, duas prioridades, duas estruturas institucionais: a agricultura patronal e a agricultura familiar, uma política de competitividade baseada na exportação de *commodities* e uma política de produção de alimentos com inclusão social, um Ministério da Agricultura e um Ministério do Desenvolvimento Agrário. Símbolo do fim do ciclo é, tanto quanto o desmonte ou desidratação de programas importantes para a agricultura familiar e os trabalhadores sem-terra, a extinção do ministério que desde antes dos governos petistas coordenava as políticas para estes segmentos (FAVARETO, 2017, p.8).

Desse modo, a partir do governo Temer, ascenderam duas linhas de debates distintas: a primeira de caráter reducionista que pensa não haver a necessidade de



dois ministérios no que tange a ruralidade e a figura do agricultor; isto é, coloca “em uma mesma caixa” o agricultor familiar e o agricultor produtor de *commodities*

Nesta narrativa, o mundo rural se divide entre os que simplesmente “são” agricultores – independente da forma social de produção, se familiar ou patronal -, e aqueles que “estão” na condição de agricultores, os mais pobres, mas que não teriam condições de competir num futuro cada vez mais dominado pela tecnologia e pela seletividade competitiva, para os quais bastariam políticas sociais (FAVARETO, 2017, p.8).

A segunda linha de debate passou a defender a necessidade de retomar as atividades do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), assim como era nos governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesta narrativa, por sua vez, a questão central se resume a reivindicar a retomada daquele pacote de políticas baseado na ampliação crescente de recursos para o Pronaf, na maior oferta de assistência técnica, na retomada de programas de compras públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com o mesmo peso de outrora, entre outras iniciativas que foram, sem dúvida, importantes para a melhoria de condições de vida da agricultura familiar na década passada (FAVARETO, 2017, p.8).

Metodologia

A metodologia empregada na presente pesquisa se dá a partir do uso do protocolo qualitativo de investigação, utilizando como técnica de pesquisa a análise bibliográfica para compreender como se deram as questões relacionadas ao desenvolvimento territorial no Brasil, assim como sua intersecção com o debate e desenvolvimento de políticas públicas que atendam a demandas específicas, como no caso do trabalho em questão.

Além disso, conta-se com dados de diário de campo da participação do NEDET no Fórum da Agricultura Familiar da Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul e demais atividades correlatas do ano 2015 ao ano 2017.

Resultados e discussão

A liberdade dá-se quando o sujeito entra, enquanto categoria social, em um espaço de deliberação, isto é o Fórum da Agricultura Familiar. E dessa forma, se pressupõe que a sua participação em um ambiente como este, um palco de disputas, debate de ideias exercício da sua cidadania; faz com que o mesmo goze de liberdade.

Dessa forma durante as incursões do NEDET no Fórum da Agricultura Familiar do território Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul participou-se de reuniões com as seguintes temáticas listadas abaixo em que algumas características de promoção a cidadania, liberdade e empoderamento de inúmeras categorias sociais pôde ser observados, quais sejam:

1) Conferência Territorial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território da Cidadania do Estado do Rio Grande do Sul.



- Eixo 1: Sistema Nacional de ATER – Fortalecimento Institucional, Estruturação, Gestão, Financiamento e Participação Social:

1. Recursos para o Sistema Nacional de ATER ligado a um ministério (MDA) com valor pré estabelecido da arrecadação Nacional para ATER (três esferas).

2. Empoderamento dos espaços de gestão e controle social na definição das ações de ATER.

3. Chamadas para públicos específicos (quilombolas, indígenas, pescadores agricultores familiares, artesanais, pecuaristas familiares, assentados da reforma agrária...) de acordo com demandas, necessidades locais respeitando peculiaridades territoriais.

4. Verbas e chamadas específicas de ATER para atendimento a temáticas de gênero.

5. Financiamento para as EFAS e escolas rurais com regime de alternância e participação da ATER na formação dos jovens.

6. Fortalecimento e manutenção das escolas rurais com participação da ATER nas escolas rurais.

7. Fortalecimento da ATER para "fora da porteira" comercialização, agroindustrialização, associativismo e cooperativismo, profissionais de áreas diferentes da até então trabalhadas.

8. Necessidade de identificação do profissional de ATER e compromisso com o público atendido o que perpassa por uma formação nas instituições de ensino;

9. Inter-relação das entidades de ATER nas chamadas públicas;

10. Criação de um Fundo Nacional de Financiamento para chamadas de ATER Diversificação a partir dos recursos arrecadados com o imposto sobre a venda de cigarros

- Eixo 2 - Ater e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

1. ATER por quem e para quem? O papel da ATER é papel educativo e dialógico a partir da realidade local, informando e atuando como mediador entre públicos da AF/executores, incorporando perspectiva das relações de gênero no meio rural. Para isto, requer formação para agentes de ATER (gênero, políticas públicas) e articulação/conhecimento da realidade local/atores locais;

2. Trabalho em Rede: ATER articulado entre outros parceiros para melhor conhecimento e facilitar acesso às políticas públicas, desde a comercialização até outras áreas (saúde, lazer) que possam contribuir na perspectiva do desenvolvimento rural;

3. Geração de Renda: Políticas públicas para constituição de espaços de comercialização nos municípios e outras atividades com potencial no meio rural, como o turismo rural;

4. Integração e diálogo entre políticas públicas: integração das políticas, a partir da ATER (públicos específicos, em situação de pobreza, mais vulneráveis) priorizando a (atrelando) ATER com outras políticas de desenvolvimento rural (PNHR, energia elétrica, estradas, saneamento, etc,...) a exemplo do programa Territórios da Cidadania;

5. Garantia dos serviços de ATER para os públicos específicos/comunidades tradicionais: pesca artesanal, comunidades quilombolas, indígenas com uma ATER que respeite e dialogue a partir da sua realidade;

6. Recursos que subsidiem projetos para mulheres e jovens, voltados para a produção agroecológica de alimentos vinculadas às chamadas de ATER, independente de pendências no cadastro da família;



7. Violência doméstica e de gênero: Como é um tema em que os/as agentes de ATER pouco tem se envolvido e não tem formação para atuar em situações desse tipo, há necessidade de formação e articulação para contribuir e orientar, visto que é um problema que tem se agravado no meio rural;

8. Adequação das políticas públicas como PAA, PNAE, PRONAF, Subsídio do Diesel(pesca artesanal), para que organizações pequenas e grupos informais possam acessar e fornecer ;

9. Política pública específica para reestruturação da unidade de produção agroecológica com bônus de adimplência diretamente ao agricultor/a ou organização da Agricultura Familiar.

- Eixo 3 Formação e construção de conhecimentos na ATER

1. Construção do conhecimento a partir do processo histórico das comunidades (respeitando as especificidades) jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais

2. Desenvolvimento de metodologias dialógicas e participativas

3. Perceber a agroecologia e a AF enquanto espaço de produção de conhecimento e de tecnologias

4. Capacitar os/as técnicos/as de modo que o perfil deles/as seja voltado para atender e compreender a AF e a agroecologia

5. Estimular as EFA' (Escolas famílias Agrícolas) como ferramentas de estímulo para sucessão na agricultura familiar e formação integral em agroecologia

6. Expandir chamadas de ATER específicas para quilombolas, indígenas, pesca artesanal

7. Expandir chamadas de ATER específicas para mulheres e jovens

8. Criar metodologias dialógicas/participativas e que valorizem a troca de saberes

9. Estimular o retorno das pesquisas realizadas nas comunidades, de forma que sejam compartilhadas de forma acessível (adaptadas ao contexto)

10. Apoio a iniciativas (programas institucionais) que articulem a formação de recursos humanos para ATER envolvendo Universidades, Escolas Técnicas ex.: programas de residência rural, estágios de vivência e extensão.

2) Conferência Territorial de Juventude Território Zona Sul do Estado/RS

- I. Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil:

1. Formação de conselhos territoriais e regionais da juventude com câmaras para a juventude rural;

2. Incentivo à criação de grêmios estudantis;

3. Criação de grupos de discussão e trabalho dentro das escolas do campo que partam da representação juvenil e políticas públicas para a juventude;

- II. Direito à Educação:

1. Criar a disciplina de agricultura familiar nas escolas rurais no intuito de fortalecer a educação do campo;

2. Qualificação dos professores para a educação do e no campo; 3. Acesso da juventude rural à universidade.

- III. Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

1. Criação do Programa nacional de sucessão da agricultura familiar;

2. Acesso a terra para a Juventude da Agricultura familiar, aos moldes do Programa Mais alimentos, com bônus de adimplência de 50%;

3. Criação de programa de valorização dos produtos da agricultura familiar;

- IV. Direito à Diversidade e à Igualdade:



1. Criação de Grupos de mulheres para educação e regulação no combate à violência doméstica/contra mulher;
 2. Incentivo à produção de alimentos, especialmente às famílias vulnerabilizadas, com o fortalecimento de programas de comercialização de produtos como o PNAE;
 3. Valorização do que é produzido na zona rural mediante garantia de preços para comercialização dos produtos da agricultura familiar.
- V. Direito à Saúde:
 1. Criar limites na utilização de agrotóxicos para áreas vizinhas e propriedades agroecológicas – implantação do PRONARA;
 2. Melhorias nos postos de saúde rurais (distribuição de medicamentos gratuitos, melhorias na estrutura de trabalho, garantia de serviços básicos);
 3. Programa que incentive a Alimentação saudável e soberania alimentar;
 - VI. Direito à Cultura:
 1. Incentivo ao turismo local e regional e formação de grupos culturais de povos e comunidades tradicionais;
 2. Incentivo à produção de artesanato local e tradicional;
 3. Promoção de shows artísticos culturais na zona rural.
 - VII. Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão:
 1. Facilitar a legalização de rádios comunitárias;
 2. Democratizar o acesso à internet;
 3. Democratizar e massificar a distribuição do sinal de celular
 - VIII. Direito ao Desporto e ao Lazer:
 1. Torneios interescolares com temáticas voltadas à aspectos como recolhimento de lixo e conscientização ambiental;
 2. Implantação de ginásios no meio rural para ter um espaço onde o jovem realize atividades físicas;
 3. Criação de políticas públicas para a promoção do esporte e lazer no meio rural.
 - IX. Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente:
 1. Demarcação de áreas livres de pulverização aérea por agrotóxicos;
 2. Projetos que incentivem a agricultura familiar e a educação ambiental (universitários e filhos de agricultores);
 3. Criação de pontos de coleta e entrega de resíduos sólidos (como lâmpadas, plásticos e eletrônicos) na zona rural.
 - X. Direito ao Território e à Mobilidade:
 1. Melhoria da infraestrutura das estradas;
 2. Qualidade no fornecimento de energia elétrica no meio rural, bem como adequação da estrutura elétrica para as atuais cadeias produtivas e subsídios para as formas alternativas de energia;
 3. Qualificação dos meios de transportes públicos, adequação das linhas e horários de ônibus, além de melhorias, quanto à segurança e conforto aos usuários.
 - XI. Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça:
 1. Discussão e divulgação das leis e políticas públicas com as comunidades;
 2. Melhoria da rede de telefonia móvel, internet e demais meios de comunicação que, deficientes, dificultam o acesso à segurança pública;
 3. Defensoria pública descentralizada com apoio das Universidades;

3) V ENCONTRO TERRITORIAL DE MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO ZONA SUL DO ESTADO/RS:



Tratou de aspectos como a vaidade, amor próprio, reconhecimento, auto estima, ter mais espaço perante sociedade, independência, igualdade de salários, descanso, compartilhar as atividades, respeito, mais encontros com a família, auto confiança, deixar de ser submissa, se impor, ser ouvida, tomar suas próprias decisões ter iniciativas, dividir tarefas domésticas, diálogo.

Desigualdade (mais igualdade), mais mulheres na política, mais companheirismo entre a sociedade (mulheres entre si), mais participação do pai (homem) na educação dos filhos e tarefas domésticas, maior participação da mulher nas decisões da propriedade. O nosso dia já é um desafio, direitos iguais e salário, mais incentivo do governo para educação no campo e auxílio às cooperativas que apoiam a agricultura familiar. A mulher precisa acreditar mais em si, ter auto estima mais capacitação para as mulheres (acesso à cursos), a mulher ter mais tempo de auxílio maternidade, mais acesso à créditos (PRONAF Mulher).

Dificuldade na comercialização de produtos, burocracia na comercialização de produtos de origem animal que temos em nossas pequenas propriedades, facilidade na aquisição de terras para jovens, das mulheres e jovens na agricultura familiar, incentivo escolar aos jovens e crianças para que fiquem nomeio rural, direitos a créditos destinados à iniciativa de jovens e mulheres, centro de mulheres e incentivo a participação de cursos e capacitação referente à agricultura familiar e industrialização, valorização dos produtos coloniais. Em valores que sejamos igualadas aos homens.

Na sociedade ainda falta muito para que tenhamos direitos igualitários, principalmente financeiro. Segurança para nossa família e nossa comunidade, menos burocracia nos programas (PRONAF), algo que identifique o agricultor familiar para facilitar o comércio dos seus produtos derivados de animais, menos burocracia com documentos das pescadoras, fórum de conscientização ambiental, falta de incentivo nas escolas para continuar o trabalho dos pais, pescadores e produtores, permanecer aposentadoria nos 55 anos, menos impostos sobre energia elétrica e melhor qualidade na zona rural. Lazer, grupos de dança e canto em corais, buscar novos conhecimentos, vida em comunhão, cuidados diários com a saúde, trabalho voluntário, vencer os preconceitos, lutar pela igualdade de todos, valorização do trabalho feminino, escutar e buscar o diálogo. O que nos desafia? Organização de comercialização.

Nesse sentido, fez-se os seguintes questionamentos: O que falta conquistar? Parar de plantar fumo, oficializar agroindústrias. O que propomos? Mais incentivo e divulgação das políticas públicas (PRONAF mulher), mais cursos profissionalizantes. Desafios: Produção agroecológica, demarcação de áreas para pulverização aérea com agrotóxicos (poluição água para pesca, poluição humana), autonomia, cursos profissionalizantes na comunidade, união entre as mulheres (grupos e associações), desburocratização na instalação de agroindústrias (inspeção sanitária), universidade pública, créditos agrícolas para mulher do campo. O que nos desafia? Coragem, dificuldade de organização, injustiça social, assumir compromisso. O que falta conquistar? União dos grupos, liberdade, auto estima. O que propomos? Incentivo do governo, desburocratização do ofício, mais segurança, dar continuidade nos encontros, mais cursos de aperfeiçoamento, melhor acesso às propriedades, garantia de comercialização.

Desafios: falta de interesse dos políticos, ter acesso à área de lazer (ex: dança), mercado. Propostas: Criar debates com os jovens sobre a questão de gênero, pessoas para cuidar das crianças enquanto à cursos ou palestras. Medo da mulher trabalhar com máquinas agrícolas, falta de assistência neste ramo, falta de cursos



para lidar com implementos, falta de informações (relacionado ao que a mulher pode fazer assim como os homens): ex: acesso ao crédito, Falta incentivo de autoridades do governo para que os jovens permaneçam na agricultura, falta cursos de aperfeiçoamento e aprendizagens, falta de assistência técnica no campo, falta dos pais abrirem espaços para as ideias novas dos filhos, carência de exames preventivos, cursos sobre gestão e planejamento.

Em termos de desenvolvimento rural e das implicações advindas dos diferentes enquadramentos (1990-2000; 2000-2010-2016; 2016-) se debruçaram sobre a mesa inclinações de toda sorte. De tal modo poderiam servir como orientações (políticas, sociais, intelectuais, etc.) que delimitaram o que poderia se entender e ainda pode se entender de rural.

Ademais, há de se notar a ocorrência de uma dicotomia em termos de ruralidade brasileira – especialmente notar as especificidades de que região tratamos. Mas, ao que nos propusemos, a partir do Território Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul, o Fórum da Agricultura Familiar tem uma data de existência que se mostra anterior até mesmo do Programa Territórios da Cidadania vem sendo um palco de vastas discussões e, de tal maneira um ambiente de promoção a cidadania em termos vastos e da importância dos NEDETs para apoiar – por exemplo - o Fórum da Agricultura Familiar e demais atividades (como já mencionadas anteriormente) e, de fato, não podemos considerá-las separadas para pensar e refletir sobre o FAF. Onde os sujeitos, enquanto categorias sociais se apresentam na plenária do FAF também estão presentes – não sua totalidade – nas conferências seja para se discutir educação rural, questões de gênero e ruralidade, por exemplo.

É necessário ressaltar que, o regresso atual à uma visão dicotômica acerca do que se entende por Ruralidade, traz implicações em como as ações governamentais devem encarar o desenvolvimento de tal ambiente e promover o acesso a cidadania do sujeito “agricultor”. Desse modo, ao lembrar erros de governos anteriores (sejam esses na década de 90, sejam esses nos anos 2000), não se encontra a partir do governo Michel Temer soluções para antigos problemas, mas um agravamento da crise do que se entende por rural, de forma a precarizar o atendimento as suas demandas.

Conclusão

Por fim, podemos concluir que o desenvolvimento da cidadania se dá por meio da diminuição das desigualdades sociais e da promoção do bem estar social, bem como pela valorização das comunidades locais interligado a busca e promoção do desenvolvimento econômico das comunidades agrárias.

A partir deste prisma, os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial tem como função realizar as atividades relativas à pesquisa e extensão nos territórios da cidadania, aprimorando o trabalho local, com a capacitação dos agentes locais, bem como realizando o acompanhamento das atividades realizadas no território local, como forma de consolidação dos colegiados de desenvolvimento territorial, através do apoio das instituições de Ensino Federal.

Ainda, é importante ressaltar que com a finalidade, de tais empreendimentos (Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial; Fóruns da Agricultura Familiar – especialmente o Fórum da Agricultura Familiar da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, de nosso interesse); a Sociedade Civil e entidades governamentais exercem uma interdependência com foco no que outrora já abordamos em termos de



deliberação em vistas de alcançar, isto é, de promover, as noções de liberdade e, de tal sorte, cidadania e em seu exercício.

Não obstante, a partir do governo Michel Temer traçou-se uma nova perspectiva em termos de governo no que diz respeito as ações do Estado para grupos minoritários como agricultores familiares, mulheres rurais, juventude rural, sucessão rural, educação rural, políticas públicas já consolidadas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, resumidamente, o “Desenvolvimento Rural”; o “Desenvolvimento Territorial” tornou-se um “passar a patrula na estrada”, isto é, que as demandas do ambiente rural se resumiriam em questões de infraestrutura e não abrangendo a totalidade presente no rural e suas respectivas dinâmicas.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. In: FAVARETO, A. Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: Avanços e desafios, v.12 Brasília: IICA, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo caminho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHALITA, Marie Anne Najm. Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa. Agricultura. São Paulo, São Paulo. V, 52; n. 1; p. 97113 – jan/jun. 2005.

DECKERT, C.T.; ALLEBRANDT, S.L. A efetividade da cidadania do programa territórios da cidadania: um estudo de caso no noroeste colonial do rio grande do sul. AOS (Amazônia, Organizações e Sustentabilidade), v.2, n. 2, ago/dez. 2013.

DUNCAN, Marcelo. A Construção de uma política de desenvolvimento: Territórios rurais no Brasil. Habitus. Goania. V.8 p.187-223.2010.

FAVARETO, A. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre desenvolvimento territorial. In: FAVARETO, A. Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: Avanços e desafios, v.12 Brasília: IICA, 2010. Cap. 1, p. 1541.

GEHLEN, I. Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. In: RIELLA, A. (org.). Globalización, desarrollo y territorios menos favorecidos. Montevideo: Universidad de La República, 2006, p. 265283.

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo temer e além. v.37, n.2, jul-dez/2017.

GUIMARÃES, L. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: FAVARETO, A. Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: Avanços e desafios, v.12 Brasília: IICA, 2010. Cap. 2, p. 4788. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KARAM, Ricardo. A questão regional brasileira no século XXI: um olhar sobre o dissenso. Soc. Brasília, DF, v.6, n.1, jul/dez. 2012, p.35-51.

_____. A economia política do desenvolvimento territorial: uma análise da diversidade institucional na agenda brasileira. Tese de doutorado apresentada ao Programa de PósGraduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

LOPES, Eliana Barretos de Menezes. Desenvolvimento local-territorial e o Programa Territórios da Cidadania: o Território Integração Norte Pioneiro (PR). Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, 2010 (Tese de Doutorado).

LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. Revista de Sociologia e Política, vol. 24, no. 57, Curitiba, março de 2016.

SILVA, Sandro Pereira. Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: IPEA, 2013.

SILVA, Simone A. O Planejamento Regional Brasileiro pós Constituição Federal de 1988: instituições, políticas e atores, São Paulo, (dissertação apresentada à FFLCH, Mestrado em Geografia), 2014.

SOUZA, S.P.; HESPANHOL, R.A.M. O Programa Territórios da Cidadania como Política Pública de Desenvolvimento Territorial. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/O%20PROGRAMA%20TERRITORIOS%20DA%20CIDADANIA.pdf>



III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias
08 a 16 de Outubro de 2020 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe

RECH, C. M. A trajetória do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS: entre mediações e (re) configurações. Dissertação Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2013.

REICHERT, L. J., GOMES, J. C. C. Pesquisa participativa em rede de referência. Revista Brasileira de Agroecologia, Vol. 1, nº 1, nov. 2006.